

**ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:  
VOZES, DISCURSOS E A TRANSVERSALIDADE DO TEMA NO  
CURRÍCULO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**ADDRESSING VIOLENCE AGAINST WOMEN: VOICES, DISCOURSES,  
AND THE TRANSVERSALITY OF THE THEME IN THE BASIC  
EDUCATION SCHOOL CURRICULUM**

**ENFRENTAMIENTO À LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES: VOCES,  
DISCURSOS Y LA TRANSVERSALIDAD DEL TEMA EN EL CURRÍCULO  
DE LA EDUCACIÓN BÁSICA.**

Patrícia Silva Rosas de Araújo<sup>1</sup>

**RESUMO**

Este artigo analisa enunciados produzidos por mulheres vítimas de violência doméstica antes de serem assassinadas e discute como essas vozes evidenciam relações dialógicas marcadas por desigualdade, silenciamento e vulnerabilidade. Ancorado em Bakhtin e o Círculo, especialmente na noção de enunciado concreto, o estudo examina três casos representativos. Os enunciados analisados mostram que essas mulheres falaram antes de morrer, mas não foram escutadas. Suas vozes, lidas pela perspectiva bakhtiniana, revelam mais do que o conteúdo verbal: configuram atos situados historicamente que resistem à violência e expõem estruturas sociais que sustentam a desigualdade de gênero. Além da análise discursiva, o artigo discute a transversalidade do tema no currículo da educação básica, conforme a Lei nº 14.164/2021, articulada à BNCC e aos Temas Contemporâneos Transversais, reforçando o papel da escola na prevenção da violência de gênero por meio de reflexão crítica, formação ética e contestação de discursos que naturalizam agressões.

**Palavras-chave:** Violência contra as mulheres; enunciado concreto; currículo escolar.

**ABSTRACT**

This article analyzes accounts produced by women victims of domestic violence before they were murdered and discusses how these voices reveal dialogical relationships marked by inequality, silencing, and vulnerability. Based in Bakhtin and the Circle, especially in the notion of concrete utterance, the study examines three representative cases. The investigated statements show that these women spoke before they died, but were not heard. Their voices, read from a Bakhtinian perspective, reveal more than verbal content: they configure historically situated acts that resist violence and expose social structures that sustain gender inequality. In addition to discursive analysis, the article discusses the transversality of the theme in the basic education curriculum, according to Law No. 14.164/2021, articulated with the BNCC (National Common Core Curriculum) and the Contemporary Transversal Themes, reinforcing the role of the school in the prevention of gender violence through critical reflection, ethical training, and contestation of discourses that naturalize aggression.

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação. Orcid - <https://orcid.org/0009-0009-8787-0685>  
E-mail: [rosasprofessora@gmail.com](mailto:rosasprofessora@gmail.com)



**Keywords:** Violence against women; concrete statement; school curriculum.

## RESUMEN

Este artículo analiza los relatos de mujeres víctimas de violencia doméstica antes de ser asesinadas y examina cómo estas voces revelan relaciones dialógicas marcadas por la desigualdad, el silenciamiento y la vulnerabilidad. Fundamentado en Bakhtín y el Círculo, especialmente en la noción de enunciado concreto, el estudio analiza tres casos representativos. Las declaraciones investigadas muestran que estas mujeres hablaron antes de morir, pero no fueron escuchadas. Sus voces, leídas desde una perspectiva baktiniana, revelan más que contenido verbal: configuran actos históricamente situados que resisten à la violencia y exponen las estructuras sociales que perpetúan la desigualdad de género. Además del análisis discursivo, el artículo aborda la transversalidad del tema en el currículo de educación básica, según la Ley N° 14.164/2021, articulada con el Currículo Nacional Común (CNC) y los Temas Transversales Contemporáneos, reforzando el papel de la escuela en la prevención de la violencia de género mediante la reflexión crítica, la formación ética y la contestación de los discursos que naturalizan la agresión.

**Palabras clave:** Violencia contra las mujeres; enunciado concreto; currículo escolar.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo examina o enfrentamento da violência contra as mulheres a partir das falas de vítimas de feminicídio, tomando como objeto enunciados produzidos em situações de risco imediato. Os objetivos são: a) interpretar enunciados registrados por mulheres que posteriormente foram assassinadas, buscando compreender como esses textos revelam relações de poder, medo e tentativa de autoproteção; b) discutir como esse tema deve atravessar o currículo da educação básica, especialmente no que diz respeito à formação para direitos humanos e igualdade de gênero. A base teórica segue Bakhtin e o Círculo, com ênfase no enunciado concreto como ação situada e responsável. O estudo dialoga também com o marco jurídico brasileiro, incluindo a Lei nº 14.164/2021, que institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) e os Temas Contemporâneos Transversais da BNCC.

Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, com abordagem descritivo-interpretativa, centrada em enunciados reais produzidos por mulheres em contexto de violência doméstica pouco antes de suas mortes. Os casos foram selecionados por sua relevância e por evidenciarem dinâmicas discursivas que antecedem o feminicídio. As identidades foram preservadas por respeito às vítimas, embora os dados sejam públicos.

O feminicídio é um crime hediondo que consiste no assassinato de uma mulher por razões da condição de sexo feminino. Isso significa que o crime é motivado por a) violência doméstica e familiar, quando o crime ocorre no âmbito das relações domésticas ou familiares; b) menosprezo ou discriminação à condição de mulher, quando o crime é motivado por ódio ou

discriminação contra mulheres e c) relação de poder ou subordinação, quando o crime é cometido por alguém que exerce ou já exerceu poder sobre a vítima.

No Brasil, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) foi um marco importante na criminalização e no combate a esse tipo de violência. Esta lei introduziu o feminicídio como uma circunstância qualificadora do homicídio no Código Penal Brasileiro. A inclusão no Código Penal permite que assassinatos de mulheres motivados por questões de gênero recebam penas mais severas, refletindo a gravidade do crime e a necessidade de um tratamento jurídico específico.

A pena para o feminicídio é mais grave do que a pena para o homicídio simples. A Lei do Feminicídio prevê reclusão de 12 a 30 anos. Além disso, o crime de feminicídio é considerado hediondo, o que impede a concessão de benefícios como liberdade condicional e progressão de regime. No entanto, foi sancionada recentemente a Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024, que trouxe importantes mudanças na caracterização do feminicídio no sistema jurídico brasileiro, com o objetivo de prevenir e combater a violência contra a mulher. A partir dessa nova legislação, o feminicídio passa a ter pena exclusiva, variando entre 20 e 40 anos de reclusão. Além disso, o crime de feminicídio é considerado hediondo, o que impede a concessão de benefícios como liberdade condicional e progressão de regime.

Segundo o 18º Anuário Brasileiro da Segurança Pública (2024), 90% dos autores de homicídios femininos são homens. Entre os feminicídios, 63% são praticados por parceiros íntimos, 21,2% por ex-parceiros e 8,7% por familiares. A desigualdade racial é outro elemento central: em 2022, 61,1% das vítimas eram mulheres negras, percentual que subiu para 63,6% em 2023, enquanto as mulheres brancas corresponderam a 35,8% dos casos.

Dados divulgados pela ONU no Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher (25 de novembro) reforçam a magnitude do problema: 85 mil mulheres e meninas foram assassinadas em 2023, sendo que cerca de 60% dos crimes ocorreram no ambiente conjugal ou familiar. Isso equivale a 140 vítimas por dia, ou uma morte a cada 10 minutos. Esses números revelam que o lar permanece como o espaço de maior risco para mulheres e que a violência atravessa fronteiras, classes sociais e faixas etárias.

A análise desses indicadores conduz a perguntas fundamentais: por que tantas mulheres só são ouvidas após sua morte? Por que seus alertas e pedidos de socorro não produzem a proteção necessária? Os relatos de mulheres que buscaram ajuda, enviaram mensagens e registraram denúncias antes de serem assassinadas mostram um padrão recorrente: não foram escutadas. Suas falas foram subestimadas, suas angústias deslegitimadas e seus sinais de risco desconsiderados por um sistema que, reiteradamente, falha em protegê-las.

Este artigo parte do princípio de que dar visibilidade a essas vozes é necessário, mas insuficiente. O enfrentamento da violência contra a mulher exige atenção aos indícios que antecedem o feminicídio, bem como práticas sociais e institucionais de escuta ativa. Escutar,

nesse contexto, não significa apenas receber verbalizações, mas interpretar gestos, silêncios, hesitações e expressões de medo que compõem o enunciado concreto.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2019) entende “enfrentamento” como a construção de ações amplas e integradas que deem conta da complexidade da violência em suas diferentes formas. Essa abordagem exige a atuação conjunta de áreas como saúde, segurança pública, justiça, educação e assistência social para desenvolver iniciativas que questionem desigualdades, combatam discriminações de gênero, rompam padrões sexistas, fortaleçam a autonomia das mulheres e ofereçam atendimento humanizado a quem sofre violência. Assim, enfrentar a violência vai além de reagir a ela e inclui prevenir, apoiar e assegurar direitos.

A pergunta sobre quem são essas mulheres amplia o debate. São mulheres presentes no cotidiano: em universidades, ruas, supermercados, pontos de ônibus, salões de beleza e espaços de convivência. São também mulheres vinculadas a contextos religiosos, onde a violência muitas vezes se oculta sob discursos de submissão e perdão. A violência de gênero<sup>2</sup> atravessa classes sociais, marcadores identitários e sistemas de crença, o que torna ainda mais necessário validar e acreditar na palavra das vítimas.

A escuta ativa, nesse sentido, não se limita a acolher relatos, mas a reconhecer sua legitimidade e urgência. Pressupõe romper com a naturalização da voz do agressor, que frequentemente encontra espaço para justificar comportamentos violentos ou minimizar danos. Desconstruir esse padrão é fundamental para que o relato de quem sofre violência prevaleça sobre o discurso de quem a exerce.

As vozes analisadas neste trabalho foram extraídas de matérias jornalísticas amplamente divulgadas e de mensagens enviadas pelas vítimas, majoritariamente por aplicativos de comunicação. Os nomes e demais identificações foram suprimidos por respeito às vítimas, ainda que as informações sejam de domínio público. Os enunciados selecionados representam casos classificados como feminicídio e investigados ou julgados pelo sistema de justiça.

O propósito deste estudo é examinar essas vozes não apenas como registros trágicos do passado, mas como enunciados que convocam a ação e a transformação. O desafio é garantir que mulheres sejam escutadas enquanto há tempo de protegê-las, evitando que suas histórias cheguem ao conhecimento público apenas como denúncia póstuma.

---

<sup>2</sup> A violência de gênero se define como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual.  
Ver: <https://www.politize.com.br/violencia-de-genero-2/> [https://www.politize.com.br/&gad\\_source=1&gad\\_campaignid=1988281103&gbraid=0AAAAADgJLRyeWhfoK5FRAYUK4AYJwzvbc&gclid=CjwKCAiAlfvIBhA6EiwAcErpyccSVbaajoLix29sNPJOEKfQMUTz\\_xyivLh8ZhDNjEXH3MLdHK19hoCNUkQAvD\\_BwE](https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gad_campaignid=1988281103&gbraid=0AAAAADgJLRyeWhfoK5FRAYUK4AYJwzvbc&gclid=CjwKCAiAlfvIBhA6EiwAcErpyccSVbaajoLix29sNPJOEKfQMUTz_xyivLh8ZhDNjEXH3MLdHK19hoCNUkQAvD_BwE)

## O TEXTO E O DISCURSO EM RELAÇÃO DIALÓGICA

O conceito de texto em Bakhtin é tratado de modo mais amplo no artigo “O problema do texto na Linguística, na Filologia e em outras Ciências Humanas (2011). Antes de avançarmos para o conceito de texto proposto pelo autor russo, discutiremos as (in)definições entre texto e discurso.

Para Orlandi (1983), situada na filiação teórica da Análise do Discurso Francesa, texto e discurso se equivalem, entretanto em níveis conceituais diferentes: o discurso seria o conceito teórico e metodológico e texto seria o conceito analítico. Assim, o objeto da explicação é o discurso e a unidade de análise é o texto. Dessa forma, “é possível tratar um texto sob outros aspectos que não o discursivo e aí texto e discurso se distinguem” (p. 107). Orlandi (1983) ainda diz que do ponto de vista analítico, na perspectiva da análise do discurso, o texto visto, pois, como unidade de significação, é o lugar mais adequado para se observar o fenômeno da linguagem, isso porque se parte da totalidade e não das partes fragmentadas.

Ainda segundo a autora, enquanto objeto teórico, o texto não é um objeto acabado; enquanto objeto empírico, o texto pode ser um objeto acabado (um produto) com começo, meio e fim. O texto não pode ser acabado devido suas condições de produção, pois conforme Orlandi (2008, p. 113), “o discurso é sempre incompleto assim como são incompletos os sujeitos e os sentidos”. A autora acrescenta dizendo que texto é o que significa, ou seja, quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, assim a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa. Para a autora, o texto é um objeto linguístico-histórico e ao longo do seu trabalho ela coloca o texto a partir do ponto de vista de sua apresentação empírica, ou seja, um objeto com começo, meio e fim, tendo um autor que se representa em sua origem, com sua unidade, lhe propiciando coerência, não-contradição, conferindo-lhe progressão e finalidade.

Orlandi (2008, p. 115) defende que

Todo texto é heterogêneo do ponto de vista de sua constituição discursiva: ele é atravessado por diferentes formações discursivas, ele é afetado por diferentes posições do sujeito, em sua relação desigual e contraditória com os sentidos, com o político, com a ideologia.

Assim, o texto é heterogêneo quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos: imagem, grafia, som, etc.; quanto à natureza das linguagens: oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição, etc.; quanto às posições do sujeito e quanto às formações discursivas, haja vista um texto corresponder, dada a heterogeneidade que o constitui, a diferentes formações discursivas (FD), lembrando que toda FD é heterogênea em relação a si mesma.

Segundo Brait, Souza e Silva (2012), o conceito de texto e discurso é o centro vital da análise dialógica do discurso e de suas consequências teóricas e metodológicas, incluindo o estudo dos gêneros. Esses conceitos concretizam a concepção bakhtiniana de linguagem, garantindo o lugar diferenciado desse pensamento linguístico-filosófico, atualmente mobilizado pela Linguística, Linguística Aplicada, por diferentes Análises de Discurso, pelos Estudos Literários e pelas ciências humanas em geral.

Para Bakhtin (2011, 307-308), é através do texto que o homem exprime suas ideias e sentimentos. “Onde não há texto, não há objeto de pesquisa e pensamento [...] independente de quais os objetivos de uma pesquisa, só o texto pode ser o ponto de partida”. Nessa concepção, o texto é visto como enunciado. Para que o texto seja visto como enunciado na comunicação discursiva, o autor aponta dois princípios: i) a sua ideia/intenção (entendendo-o como o autor e o seu querer dizer), e ii) a realização dessa intenção (trata-se da produção do enunciado atrelado às condições de interação e a relação com os outros enunciados já-ditos e previstos). São as inter-relações dinâmicas desses elementos que constituem o texto como enunciado.

O texto visto como enunciado é um fenômeno sociodiscursivo, vinculado às condições concretas da vida. É por essa razão que o teórico suspeita do termo texto e o substitui em diferentes momentos por enunciado/enunciação, justamente por ele estar, em várias teorias, associado à dimensão unicamente linguística e estilística, autônoma, individual, sem possibilidade de ser colocado numa dimensão mais ampla de produção de sentidos, dimensão que se realiza no confronto de duas consciências, de dois interlocutores, de conjunção de discursos histórico, culturalmente e socialmente situados “o termo texto não corresponde de maneira nenhuma à essência do conjunto todo do enunciado (BAKHTIN, 2011, p. 371).

Com isso o pensador russo não nega a legitimidade do estudo do texto visto como fenômeno puramente linguístico ou textual. Ele apenas amplia essa visão, concebendo o texto como um todo de sentido, marcado por tensões, fronteiras,

confrontos de valores, pontos de vista etc.

Eis outros elementos essenciais à concepção de texto presentes na obra de Bakhtin (2011): a) O texto é dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina; b) Todo texto verdadeiramente criador é sempre, em certa medida, uma revelação do indivíduo livre, e não predeterminada pela necessidade empírica; c) O texto nunca pode ser traduzido até o fim, pois não existe um potencial texto único dos textos; d) O texto é um objeto significante ou de significação, ou seja, se o texto for entendido num sentido mais amplo, como qualquer conjunto coerente de signos, a ciência das artes (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) opera com textos (obras de arte), pois são palavras sobre palavras, textos sobre textos; e) Todo texto é dialógico; define-se pelo diálogo entre os interlocutores e pelo diálogo com outros textos; f) Cada texto pressupõe um sistema universalmente aceito (isto é, convencional no âmbito de um dado grupo) de signos, uma linguagem (ainda que seja linguagem da arte). Se por trás do texto não há uma linguagem, este já não é texto, mas um fenômeno das ciências naturais (como por exemplo, um conjunto de gritos naturais e gemidos desprovidos de repetição linguística). Portanto, por trás de cada texto está o sistema da linguagem; g) O texto é único, singular, individual e não reproduzível. Só é possível a reprodução do material e do meio, ou seja, a reprodução mecânica do texto através da cópia, mas a reprodução do texto pelo sujeito (a retomada dele, a repetição da leitura, uma nova execução, uma citação) é um acontecimento novo e singular na vida do texto, o novo elo na cadeia histórica da comunicação discursiva.

Notemos que a concepção de texto de Bakhtin (2011) extrapola a definição que geralmente entendemos o texto: conjunto de frases com sentido completo capaz de transmitir uma mensagem. O texto é muito mais do que um conjunto de frases verbais. É, antes de tudo, um encontro dialógico entre dois (ou mais) sujeitos que interagem numa situação verbal específica, com objetivos específicos a fim de cumprir uma finalidade específica. É nesse sentido de encontro que o texto é único, não reproduzível, pois cada encontro é um acontecimento singular. Pode-se até repetir as pessoas, o lugar, o modo como se deu o encontro, mas jamais a enunciação, a discursividade. Isso é irreproduzível.

Se o texto se define pelo diálogo entre interlocutores, esse diálogo se dá de diversas formas, através de um gesto, de um silêncio, de uma palavra, de uma música etc., nesse sentido, como afirma Bakhtin (2011.), texto é qualquer conjunto coerente

de signos. É por essa razão que todas as ciências operam com textos, pois trabalham palavras sobre palavras, textos sobre textos. Assim, nos arriscamos a dizer que o texto pode ser uma fotografia, uma peça teatral, uma música, uma dança etc.

Entender o texto nessa visão mais ampla muda o paradigma tradicional até então predominante nos estudos da linguagem que vê o texto apenas como um emaranhado de palavras sem autor, destinatário e descontextualizado de uma situação discursiva real. Basta ser comprehensível gramaticalmente para ser texto. Os estudos bakhtinianos alargam essa dimensão do sentido texto e dizem que a “atitude humana é um texto em potencial e pode ser compreendida” isso implica dizer que só interagimos por meio de textos, sejam orais, escritos, verbais, não verbais etc. Com isso não se nega a textualidade do texto, ou seja, que por trás de cada texto exista a linguagem regulando o dizer, como diz Bakhtin (2011), por trás de cada texto está o sistema da linguagem.

O que se quer dizer é que tudo o que é peculiar aos sujeitos (suas intenções, vontades, culturas, crenças etc.) vai se refletir no texto, ou seja, é sua parte constitutiva. Enfim, o conceito bakhtiniano de texto é, sem dúvida, enriquecedor e produtivo porque nos obriga a pensar o texto como uma atividade de interação entre sujeitos, situados sócio-histórico-ideologicamente com propósitos compartilhados, a fim de cumprir um determinado projeto discursivo. É essa visão bakhtiniana de texto que conduz nossa linha teórica e da qual compactuamos.

## O ENUNCIADO CONCRETO COMO A UNIDADE REAL DA COMUNICAÇÃO VERBAL

### O enunciado concreto como a unidade real da comunicação verbal

Segundo Souza (2002), é fundamental distinguir, na compreensão da obra do Círculo, o enunciado concreto da oração linguística. Segundo o autor, a oração é uma unidade dentro de uma enunciação.

Nas palavras de Bakhtin (2011, p. 277),

A oração é um pensamento relativamente acabado, imediatamente correlacionado com outros pensamentos do mesmo falante no conjunto do seu enunciado; ao término da oração, o falante faz uma pausa para

passar em seguida ao seu pensamento subsequente, que dá continuidade, completa e fundamenta o primeiro.

Nesse sentido, o contexto da oração é o contexto do mesmo sujeito do discurso (falante); a oração não se correlaciona com um contexto extraverbal da realidade (a situação, o ambiente, a pré-história), nem com as enunciações de outros falantes, mas tão somente através do enunciado em seu conjunto.

Diferentemente do enunciado e dos gêneros do discurso, as unidades significativas da língua - a oração - são desprovidas de direcionamento, de endereçamento, pois não são de ninguém e a ninguém se referem. Bakhtin (2011) explica que se a oração está endereçada, já não é mais oração e sim um enunciado acabado. E esse endereçamento já não pertence a ela como unidade da língua, mas ao enunciado.

A discussão a seguir apresenta o enunciado concreto, suas particularidades e o contexto extraverbal no qual ele é “gerado”.

### ➤ Definindo o enunciado concreto

O conceito de enunciado concreto não se encontra pronto e acabado numa determinada obra ou num determinado texto. O seu sentido e suas particularidades vão sendo construídos ao longo do conjunto das obras, indissociavelmente implicados em outras noções.

Os enunciados, para Bakhtin (2011), são unidades da comunicação discursiva e elos da cadeia complexa de outros enunciados; têm relações dialógicas com os enunciados que os precederam e com os que lhe sucedem e são voltados para o outro. São sempre heterogêneos, pois revelam duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. Neles desaguam os discursos e todas as vozes que constituem cada “eu” apoiado sobre o “nós”. Segundo Volochinov (1976, p. 1),

é impossível compreender como se constrói qualquer enunciado que tenha uma aparência autônoma e acabada, se não se o considera como um ‘momento’, uma simples gota no rio da comunicação verbal, cujo movimento incessante é o mesmo que o da vida social e da História.

Dessa maneira, os enunciados estão sempre interagindo com outros, por isso não devem ser analisados isoladamente, mas na relação que mantêm com outros em

um contexto social mais amplo: “uma análise fecunda das formas do conjunto de enunciações como unidades reais na cadeia verbal só é possível de uma perspectiva que encare a enunciação individual como um fenômeno puramente sociológico” (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 2010, p. 131).

Construídos na corrente do tempo e historicamente situados, os enunciados são práticas sociais realizadas na interação entre falantes no curso da vida, portanto, concretos. Assim, o enunciado é o resultado de uma prática social, e essa prática é a enunciação, cuja estrutura é determinada pela situação social mais imediata e o meio social mais amplo a partir do seu próprio interior. Para Bakhtin (2011), os enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo por seu conteúdo (temático), pelo estilo e seleção dos recursos da linguagem, como os lexicais, fraseológicos e gramaticais, mas, sobretudo, por sua construção composicional, que seria o delineamento do ato de enunciação.

➤ As particularidades do enunciado concreto

Bakhtin (2011) aponta como determinantes do enunciado concreto três particularidades: a alternância dos sujeitos da comunicação; o acabamento específico do enunciado; a relação do enunciado com o enunciador e com os outros parceiros da comunicação.

➤ A alternância dos sujeitos da comunicação

Na comunicação verbal, “o falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativa responsiva” (BAKHTIN, 2011, p. 275). Isso implica dizer que o enunciado é essencialmente dialógico. Ninguém escreve/fala para o nada, para o vazio. Ninguém escreve/fala sem ter um destinatário em mente. Sempre se escreve/fala para o outro, nem que esse outro seja você mesmo. Assim, escrever/falar é uma atividade discursiva que exige um movimento para o outro, é uma atividade de interação, de intercâmbio verbal.

Segundo o teórico, a alternância dos sujeitos do discurso se dá por meio da alternância das enunciações, denominada pelo autor de réplica. Desse modo, Bakhtin (2011, p. 275) diz que “cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita

resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva”.

A réplica acontece a partir das relações dialógicas que são estabelecidas num dado campo/esfera da comunicação discursiva. Isso porque o falante ao se inscrever no discurso deixar marcas da sua posição ideológica. Ele manifesta sua visão de mundo, suas crenças, seu ponto de vista, sua valoração sobre si e o sobre o mundo. Tal atitude suscita respostas de outrem e assim começa o jogo discursivo envolvendo o locutor e o interlocutor. Assim, ambos se constroem nas tramas dialógicas do discurso que pressupõe pergunta-resposta, afirmação-objeção, afirmação-concordância, proposta-aceitação, ordem-execução etc.

➤ O acabamento específico do enunciado

Para Bakhtin (2011, p. 280),

A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições [...] alguma conclusibilidade é necessária para que se possa responder ao enunciado [...] o primeiro e mais importante critério de conclusibilidade do enunciado é a possibilidade de *responder a ele* [...] (grifos do autor).

Segundo o teórico russo, o acabamento do enunciado é determinado por três fatores, os quais estão ligados, de maneira indissolúvel, ao todo orgânico do enunciado, quais sejam:

a) o tratamento exaustivo do tema; b) o projeto discursivo do locutor e c) as formas compostionais do gênero do acabamento. Todos esses três fatores serão definidos em função do gênero e da esfera da comunicação em que circulam.

a) O tratamento exaustivo do tema do enunciado: este elemento é diverso nos diferentes campos da comunicação discursiva. Essa exauribilidade pode ser quase plena em alguns casos (as questões de natureza puramente factual, os pedidos, as ordens etc.), enquanto em campos em que os gêneros do discurso são de natureza padronizada (o campo das ordens militares, por exemplo), o elemento criativo está ausente quase por completo.

b) O projeto discursivo do locutor: “em cada enunciado [...] abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* de discurso ou a *vontade discursiva* do

falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras” (grifos do autor) (BAKHTIN, 2011, p. 281). Nesse sentido, a conclusibilidade do enunciado é medida por esse “querer dizer” do falante, ou seja, a intenção discursiva do falante determina a própria escolha do objeto quanto os seus limites e exauribilidade semântico-objetal. Inclusive a escolha da forma do gênero na qual será construído o enunciado.

c) As formas composicionais relativamente estáveis de gênero do enunciado: segundo o teórico russo, esse terceiro elemento é o mais importante, pois trata das formas estáveis de gênero do enunciado. Nas palavras de Bakhtin (2011, p. 82),

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero de discurso* [...] a intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero ( grifos do autor).

Essa vontade discursiva do falante se realiza a partir da escolha de um gênero discursivo. Essa escolha é determinada em função de uma dada esfera da comunicação verbal, da necessidade de uma temática, dos parceiros da comunicação verbal etc. Bakhtin (2011, p. 282) ainda afirma que “esses gêneros do discurso nos são dados quase da mesma forma que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo teórico da gramática.” Mesmo a conversa mais informal e cotidiana é elaborada em função do gênero.

- A relação do enunciado com o enunciador e com os outros parceiros da comunicação

Para Bakhtin (2011), o enunciado se caracteriza, acima de tudo, por um determinado conteúdo semântico-objetal, ou seja, pelo conteúdo do objeto de sentido do discurso. Assim, a relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e compostionais do enunciado. Não podemos nos esquecer que a composição e o estilo do enunciado não são determinados somente pela relação valorativa do enunciador com o elemento semântico do seu discurso e com o sistema linguístico, mas também pela relação do enunciador com os enunciados dos outros parceiros da comunicação verbal.

➤ O contexto extraverbal do enunciado

No texto *Discurso na vida e discurso na arte – sobre poética sociológica* (1926 [1976]), assinado por Volochinov, o enunciado é definido a partir de três fatores: a) o horizonte espacial comum dos interlocutores; b) o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos interlocutores, e c) a avaliação comum da situação. O autor parte da seguinte indagação: *Como o discurso verbal na vida se relaciona com a situação extraverbal que o engendra?* A partir dessa indagação, o autor utiliza um exemplo bastante simples: “Duas pessoas estão sentadas numa sala. Estão ambas em silêncio. Então, uma delas diz “Bem”. A outra não responde (p. 4, grifos do autor).”

Com esse exemplo, o autor explica que o sentido de “bem” só pode ser compreendido e analisado porque existe uma situação extraverbal implicada no verbal, incluindo interlocutores que se conhecem, compartilham universos, conhecimentos, pressupostos, sentimentos etc. Assim, a palavra *bem* foi enunciada dentro de condições que a tornam um enunciado pleno de significado. Isso implica dizer que o enunciado é muito mais do que aquilo que se expressa dentro dos fatores estritamente linguísticos, exigindo uma compreensão sobre outros elementos que o constituem.

Sobre o *horizonte espacial comum dos interlocutores/a parte presumida*, Volochinov ([1926] 1976, p. 5) explica que

No momento em que o colóquio acontecia, ambos os interlocutores *olhavam para a janela e viam* que começava a nevar; *ambos sabiam* que já era maio e que já era hora de chegar a primavera; finalmente, *ambos estavam enjoados e cansados* do prolongado inverno – *ambos estavam esperando ansiosamente* pela primavera e *ambos estavam amargamente desapontados* pela neve recente (grifos do autor).

A partir desse conjunto de dados, do que é conjuntamente visto (flocos de neve do outro lado da janela); conjuntamente sabido (a época do ano – maio) e unanimemente avaliado (cansaço do inverno, desejo da primavera) que o enunciado depende diretamente, tudo isto lhe dá sustentação. Conforme explica o teórico, tudo isto está presumido na palavra *bem*.

Nesse sentido, é indispensável compreender de que espaço/horizonte o enunciado parte antes de fazer qualquer análise deste, para não incorrer em erro ou numa análise descompromissada com o real contexto de produção do enunciado.

Para Volochinov ([1926]1976, p. 5),

O enunciado concreto sempre une os participantes da situação comum como *co-participantes* que conhecem, entendem e avaliam a situação de maneira igual. *O enunciado, consequentemente, depende de seu complemento real, material, para um e o mesmo segmento da existência e dá a este material expressão ideológica e posterior desenvolvimento ideológico comuns.* Assim, a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age sobre o enunciado de fora, como se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, *a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação* (grifos do autor).

Nesse contexto, o autor apresenta o enunciado concreto como um todo significativo compreendido de duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte presumida. A parte percebida é aquela que se realiza na materialidade textual enquanto a parte presumida é o horizonte espacial e ideacional compartilhado pelos falantes.

Sobre esta parte presumida, Volochinov ([1926]1976) explica que o individual e o subjetivo têm por trás o social e o objetivo, ou seja, aquilo que “eu” conheço, vejo, quero, amo, etc., não pode ser presumido, pois apenas o que “todos” nós falantes sabemos, vemos, amamos, reconhecemos é que pode se tornar a parte presumida de um enunciado. Assim, julgamentos de valor presumidos não são emoções individuais, mas atos sociais regulares e essenciais. Dessa forma, “emoções individuais podem surgir apenas como *sobretons* acompanhando o tom básico da avaliação social. O ‘eu’ pode realizar-se verbalmente apenas sobre a base do ‘nós’” (p. 6, grifos do autor). Nas palavras de Volochinov ([1926]1976, p. 6),

Cada enunciado nas atividades da vida é um entimema social objetivo. Ele é como uma 'senha' conhecida apenas por aqueles que pertencem ao mesmo campo social. A característica distintiva dos enunciados concretos consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extraverbal da vida, e, uma vez separados deste contexto, perdem quase toda a sua significação – uma pessoa ignorante do contexto pragmático imediato não compreenderá estes enunciados.

Sobre o contexto extraverbal, este pode ter um escopo maior ou menor. No exemplo que Volochinov ([1926]1976) apresenta, o contexto é extremamente estreito, pois ele está circunscrito pela sala e pelo momento da ocorrência e o enunciado é inteligível apenas para as duas pessoas envolvidas. Contudo, o autor

deixa claro que o horizonte comum do qual depende um enunciado pode se expandir, tanto no espaço como no tempo. Assim, o presumido pode ser aquele da família, do clã, da nação, da classe e pode abarcar dias ou anos ou épocas inteiras. Desse modo, quanto mais amplo for o horizonte global e seu correspondente grupo social, mais constantes se tornam os fatores presumidos em um enunciado.

Nesse caso, as avaliações presumidas adquirem grande importância, haja vista o fato de que todas as avaliações sociais básicas, que derivam diretamente das características distintivas da vida econômica de um grupo social dado, usualmente não são enunciadas.

Segundo Volochinov ([1926]1976, p. 6), julgamentos de valor “determinam a *seleção de palavras* do autor e a recepção desta seleção (a co-seleção) pelo ouvinte” (grifos do autor). Assim, o julgamento de valor encontra importante expressão na entonação. Esta estabelece como explica o teórico, “um elo firme entre o discurso verbal e o contexto extraverbal – a entoação genuína, viva, transporta o discurso verbal para além das fronteiras do verbal, por assim dizer” (p. 6).

Com relação à natureza social da entonação, Volochinov ([1926]1976) diz que qualquer entoação seja alegre, triste, de desprezo etc., depende do contexto no qual ela ocorra. No caso do *corpus* da nossa tese, um dos motivos que determinou a entoação da palavra “praga” (indignação-reprovação) foi a situação extraverbal na qual ela foi inserida, ou seja, os julgamentos de valores presumidos de um dado grupo social (principalmente a imprensa brasileira), que imprimiu reprovação ao discurso do papa Bento XVI por acreditar que seu discurso está ultrapassado e não reflete a realidade dos casais na atual sociedade brasileira.

Assim, o primeiro casamento parece não ser tão estável como décadas atrás e o segundo parece se proliferar entre os leigos, inclusive fiéis cristãos católicos, como uma alternativa de felicidade. No entanto, para a Igreja Católica, o casamento é único e só poderá ser desfeito diante da morte de um dos cônjuges. Esse é o tom valorativo que a Igreja Católica imprimiu para a palavra em questão.

Sobre isso, Volochinov ([1926]1976, p. 7) diz que

*A entoação sempre está na fronteira do verbal com o não-verbal, do dito com o não-dito. Na entoação, o discurso entra diretamente em contato com a vida. E é na entoação sobretudo que o falante entra em contato com o interlocutor ou interlocutores – a entoação é social por excelência. Ela é especialmente sensível a todas as vibrações da atmosfera social que envolve o falante (grifos do autor).*

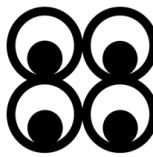
Nesse sentido, o conjunto de avaliações presunidas pelos interlocutores do Papa imprimiu uma entonação de reprovação ao discurso do Pontífice uma vez que obteve um “apoio coral” presumido, ou seja, a insatisfação do interlocutor ao termo “praga” encontrou apoio em outras vozes (da sociedade, de grupos leigos, de grupos anti-católicos etc.) que se coadunaram com a ideia de reprovação e indignação ao discurso proferido. Assim, uma voz deu sustentação e/ou encorajou outras na mesma direção entoacional. Desse modo, se ratifica o que disse Volochinov ([1926]1976, p. 7): “A comunhão de julgamentos básicos de valor presunidos constitui a tela sobre a qual a fala humana viva desenha os contornos da entoação.”

Por fim, o autor sumariza sua discussão sobre o contexto extraverbal do enunciado afirmando que a vida não afeta um enunciado de fora; ela penetra e exerce influência num enunciado de dentro, enquanto unidade e comunhão da existência que circunda os falantes e unidade e comunhão de julgamentos de valor essencialmente sociais, nascendo deste todo sem o qual nenhum enunciado inteligível é possível.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

O artigo está estruturado em quatro seções. A primeira apresenta a introdução e os objetivos da pesquisa. Em seguida, desenvolve-se a ancoragem teórica, organizada nos tópicos “O texto e o discurso em relação dialógica” e “O enunciado concreto como unidade real da comunicação verbal”. A terceira seção discute as vozes de mulheres vítimas de violência doméstica, analisando enunciados produzidos em situações de risco e vulnerabilidade. Depois, abordamos a transversalidade do tema no currículo da educação básica, considerando o marco legal e as diretrizes que orientam sua inserção como Tema Contemporâneo Transversal. Por fim, são apresentadas as conclusões.

Para a análise, foram selecionados três enunciados de mulheres vítimas de violência doméstica. Esses enunciados são de livre acesso e foram extraídos de reportagens exibidas em telejornais e divulgadas em portais jornalísticos. As mensagens, em sua maioria enviadas por WhatsApp, tornaram-se públicas após os crimes. Os enunciados escolhidos representam casos classificados pela justiça como feminicídios, já investigados ou em fase de investigação. As identificações das vítimas e dos agressores foram suprimidas para preservar o sigilo, ainda que as informações originais sejam de domínio público e de ampla circulação.



## AS VOZES DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Na perspectiva bakhtiniana, o enunciado concreto só pode ser compreendido plenamente quando articulado às condições reais de sua produção. Isso inclui não apenas o contexto imediato, mas também as relações sociais, institucionais e afetivas que moldam o horizonte de sentido do sujeito. A seguir, trazemos à tona três vozes de mulheres que foram silenciadas pela violência doméstica. Cada fala é resposta a discursos anteriores e antecipação de respostas futuras; é ato ético, histórico e situado.

### a) A jovem mãe que anuncia sua própria morte

**“Quem achar esse celular e eu estiver morta, foi meu marido.”**

A vítima, de 26 anos, gravou vídeos chorando antes de ser morta. Neles, ela relatou que vivia em um relacionamento abusivo e estava tentando se esconder do companheiro. A vítima mencionou que, caso alguém encontrasse seu celular e ela estivesse morta, o autor seria o marido. Seu corpo foi encontrado na calçada do Fórum da cidade. Ela deixou dois filhos: uma menina de 3 anos e um menino de 9 anos. O suspeito fugiu após o crime.

São José da Tapera, Alagoas, 2023

O enunciado antecipa um acontecimento futuro e inevitável. A expressão “quem achar” convoca um destinatário amplo e indefinido, mas real: qualquer pessoa que eventualmente encontrasse o celular. Isso estabelece um horizonte responsivo expansivo, típico do enunciado concreto, que não se dirige ao vazio, mas projeta um outro real e concreto.

Também revela acabamento claro: a vítima diz exatamente “tudo o que precisava dizer” naquele momento, sob condições extremas. É um enunciado completo porque, como Bakhtin descreve, suscita resposta imediata — de quem o encontrar, da polícia, da sociedade.

Neste contexto, o sentido do enunciado só emerge quando articulado à situação real: (i) ela estava escondida do agressor; (ii) gravara vídeos chorando; (iii) vivia um contexto de ameaça e isolamento social; (iv) seu corpo foi encontrado diante de um espaço institucional (o Fórum).

O contexto extraverbal constitui, nos termos de Volochinov, o pano de fundo indispensável sem o qual o enunciado perderia seu sentido. A palavra “morta”, por exemplo, não funciona apenas como hipótese; traz a avaliação social compartilhada de que agressões domésticas se desdobram em feminicídio — avaliação que não precisa ser verbalizada, pois está incorporada à realidade social de mulheres brasileiras.

Embora aparentemente monológico, trata-se de um enunciado intensamente dialógico. Ele responde: (i) ao discurso do agressor (“se algo acontecer, foi você quem fez”); (ii) ao silêncio institucional e à ausência de proteção; (iii) à expectativa de que ninguém acreditaria nela depois da morte.

A fala emerge como testemunho prévio, como “palavra com endereço”, dirigida à sociedade, à justiça, à comunidade — e aos filhos que permanecerão sem sua presença.

Por fim, a interpretação desse enunciado depende necessariamente do discurso social que o sustenta: a alta incidência de feminicídios, a descrença na efetividade das medidas protetivas, a desigualdade de poder entre vítimas e agressores. Como diz Orlandi, um texto significa porque é atravessado por discursos — e este é atravessado pelo discurso do medo e do testemunho extremo.

Além disso, o enunciado materializa o que Bakhtin chama de acontecimento irreproduzível: mesmo se reescrito, jamais seria o mesmo, pois sua força depende das condições de produção (a iminência da morte) e da relação singular entre a vítima e seu possível leitor futuro.

### b) A estudante de direito que interpela a mãe e o sistema

**“Mãe, já saí da delegacia. Ele sugeriu que eu tente recuperar minhas coisas sem envolver a Justiça, porque ele é uma pessoa pública.”**

A vítima, de 19 anos, estudante de direito, registrou boletim de ocorrência e conseguiu uma medida protetiva contra o ex-marido uma semana antes do crime. Ela deixou uma filha de 1 ano e 3 meses e outra de 5 anos.

O acusado tirou a própria vida após cometer o feminicídio.  
Belém, Paraíba, 2023

Esse enunciado é atravessado pela luta entre duas esferas discursivas: a doméstica (relacional) e a jurídica (institucional). A tensão entre ambas revela como a Justiça, embora acionada, não conseguiu romper o círculo de violência antes do desfecho fatal. A fala torna-se inscrição de desamparo e, ao mesmo tempo, de resistência.

O enunciado é composto por três núcleos temáticos: (i) o estado atual (“já saí da delegacia”); (ii) a recomendação do agente da justiça, representada pelo pronome “ele”; e (iii) a justificativa associada ao poder simbólico (“ele é uma pessoa pública”).

A estruturação revela duas vozes em conflito: a da vítima e a do agente da justiça em discurso indireto. Essa heterogeneidade mostra que o enunciado concreto abriga múltiplos posicionamentos sociais em disputa. No enunciado divulgado pela mídia, aparece a função social do sujeito que tenta, segundo a vítima, a desestimulá-la a levar a denúncia à frente, sugerindo um apaziguamento entre vítima e agressor. Para fins de análise, ocultamos esses dados, embora seja de domínio público.

A expressão “pessoa pública” carrega um valor ideológico compartilhado: o prestígio social masculino que produz efeitos concretos de desproteção institucional — elemento presumido que se faz compreender porque pertence ao horizonte cultural brasileiro.

A jovem havia registrado boletim de ocorrência e tinha medida protetiva — fatos que compõem o contexto não verbal e determinam o sentido do enunciado. Ela fala depois de ter buscado ajuda institucional, mas carrega o peso de uma estrutura social que relativiza a violência quando o agressor possui capital simbólico.

A interlocutora explícita (“mãe”) mostra o enunciado como réplica dentro de um diálogo afetivo e socialmente situado: a filha tenta reorganizar cognitivamente a ameaça, buscando legitimação para a própria percepção do risco.

O enunciado expressa valores como a desconfiança diante das instituições, a denúncia da desigualdade de poder entre vítima e agressor e a afirmação de uma postura de resistência. É um enunciado que pede resposta — da mãe, das instituições, do sistema jurídico — configurando aquilo que Bakhtin chama de “posição responsiva esperada”.

Este enunciado é, simultaneamente, texto (unidade empírica, com começo, meio e fim) e discurso (materialização de valores sociais, medos, condições históricas de violência contra mulheres). Sua singularidade nasce da fusão entre intenção (denunciar), condições concretas (ameaça de morte, isolamento), interlocutores presumidos (quem achar), e presença de discursos de outrem (o agressor, a sociedade que não protege).

### c) A mulher trans que anuncia a fuga como única forma de sobrevivência

**“Se eu continuar aqui, ele vai acabar comigo. Vou embora daqui.”**

A vítima, mulher trans de 22 anos, desabafou dias antes do crime com um amigo sobre o medo que sentia do acusado, um empresário de 44 anos. Após enviar mensagem para o amigo, a vítima não deu mais notícias.

No dia seguinte, ela foi encontrada morta a facadas, enrolada numa piscina plástica infantil, em meio a uma plantação. De acordo com o relato da vítima para seus amigos, o acusado não aceitava sua decisão de se mudar de cidade, encerrando a relação deles. O acusado, casado, admitiu ter contratado os serviços sexuais da vítima. Ele permanece preso após a audiência de custódia.

Sorriso, Mato Grosso, 2024.

O enunciado revela, desde sua forma verbal, a inscrição de uma certeza trágica. O emprego do futuro de consequência (“vai acabar comigo”) não expressa mera possibilidade, mas indica um prognóstico construído social e historicamente, cujo sentido só se completa no interior de um horizonte partilhado em que a violência contra pessoas trans é frequente,



previsível e reconhecida pelos próprios grupos afetados. Nesse contexto, a repetição do dêitico “aqui” adquire relevância analítica: mais do que um lugar físico, “aqui” nomeia um espaço simbólico saturado de vulnerabilidade, controle e transfobia estrutural — território da violência anunciada.

As relações extraverbais intensificam essa compreensão. O agressor, empresário casado, ocupa posição social legitimada e dotada de prestígio; a vítima, mulher trans e trabalhadora sexual, situa-se na interseção de múltiplas vulnerabilidades. Essa assimetria de capitais simbólicos, econômicos e sociais constitui a moldura que sedimenta o sentido do enunciado e que torna a decisão de “ir embora” não apenas uma reação ao risco imediato, mas a tentativa de escapar de um ambiente em que o Estado e as instituições historicamente falham em garantir proteção mínima. Assim, a fuga aparece como a única estratégia possível de autopreservação.

O fato de o enunciado ser dirigido a um amigo reforça sua natureza dialógica. Conforme Volochinov, somente aquilo que “nós” compartilhamos pode compor a parte presumida de um enunciado. Nesse caso, o “nós” corresponde à comunidade de experiência que reconhece, sem necessidade de explicitação, o risco constante, a violência transfóbica e o medo estrutural que marcam a vida de muitas mulheres trans no Brasil. Mesmo breve, a mensagem apresenta acabamento: nasce da intenção de comunicar o essencial sob condições de extremo terror, cumprindo a função de registrar o perigo e convocar uma possível resposta. Trata-se de um enunciado que chamaativamente a autoria responsiva do outro — amigo, sociedade, instituições — resposta que, tragicamente, não veio a tempo.

Do ponto de vista discursivo, a materialidade da mensagem evidencia a heterogeneidade constitutiva do texto. Vozes diversas se entrecruzam: a voz da vítima, que busca sobreviver; a voz do agressor, inscrita nos efeitos de sentido da ameaça; os discursos sociais que marginalizam corpos dissidentes; e o discurso jurídico que historicamente negligencia a proteção de mulheres trans. Essas múltiplas formações discursivas — transfobia estrutural, desigualdade afetiva, precarização econômica e ausência de políticas eficazes de proteção — sustentam o enunciado e o tornam inteligível socialmente.

Na perspectiva bakhtiniana, trata-se de um enunciado plenamente situado na esfera da vida concreta: é produzido em uma situação de risco real, orientado por uma intenção clara (sobrevivência), dotado de acabamento possível diante do medo, e endereçado a um outro real, cuja compreensão é pressuposta. Por fim, o texto só se realiza na relação — ele existe porque há um destinatário capaz de recebê-lo e interpretá-lo. O encontro entre esses sujeitos constitui o acontecimento discursivo. Contudo, o sentido pleno do enunciado não se consumou, pois a resposta institucional, que poderia interromper o ciclo de violência, não se efetivou. Assim, o texto permanece como registro de uma vida ameaçada e de uma demanda social que continua sem resposta.

Por fim, à luz da teoria dialógica do discurso, as três vozes analisadas revelam que o enunciado concreto, especialmente em situações de violência extrema, é sempre mais do que registro verbal. Ele é posicionamento social, resposta a vozes anteriores e antecipação de possíveis respostas que talvez nunca cheguem. Esses enunciados (i) respondem a discursos que negam a gravidade da violência de gênero; (ii) confrontam a insuficiência das instituições de proteção; (iii) denunciam hierarquias simbólicas baseadas em gênero, classe, idade e identidade de gênero; (iv) tentam romper o ciclo de silenciamento que culmina na morte; (v) permanecem como últimos rastros da subjetividade das vítimas.

O dialogismo evidencia que essas mulheres nunca falaram sozinhas. Suas vozes são atravessadas por múltiplos discursos: do agressor, da família, das instituições, dos valores sociais, da mídia e dos sistemas de validação social. A potência desses enunciados está justamente na sua tentativa de resistir ao apagamento. Cada fala carrega um apelo responsável dirigido à sociedade, convocando-a a reconhecer sua responsabilidade diante da banalização da violência.

Assim, compreender essas vozes pela lente bakhtiniana é entender que o enfrentamento à violência contra as mulheres não se limita a aspectos jurídicos ou individuais. Ele exige ação sobre os discursos que constroem, sustentam e legitimam essas violências. Exige que escutemos, finalmente, aquilo que elas disseram antes de serem silenciadas.

## A TRANSVERSALIDADE DO TEMA NO CURRÍCULO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

### **Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher**

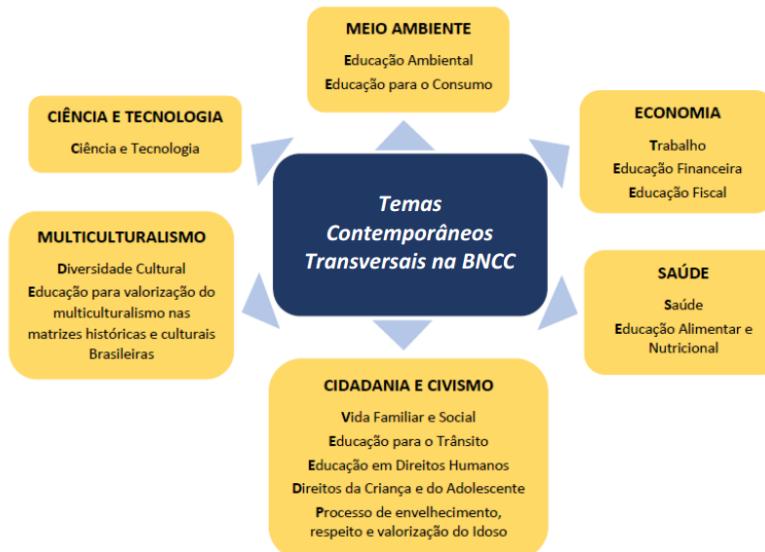
A Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, altera o art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir, de forma obrigatória, conteúdos relacionados aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra crianças, adolescentes e mulheres como temas transversais nos currículos da educação básica. A lei determina que tais conteúdos estejam alinhados às diretrizes legais e que sejam produzidos e distribuídos materiais didáticos adequados para cada nível de ensino.

Além disso, a lei institui, no mês de março, a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, que deve ser realizada anualmente em todas as instituições públicas e privadas da educação básica. A semana possui sete objetivos centrais, entre eles: divulgar a Lei Maria da Penha; fomentar reflexão crítica; integrar a comunidade escolar no enfrentamento da violência; abordar mecanismos de assistência e denúncia; capacitar educadores; promover a igualdade de gênero; e desenvolver materiais educativos.

A Lei nº 14.164/2021 representa um avanço normativo no enfrentamento à violência contra mulheres, ao consolidar a escola como espaço estratégico de formação ética e cidadã. Ao inserir o tema como conteúdo transversal, a legislação reconhece que a violência de gênero não é apenas problema individual, policial ou jurídico, mas fenômeno cultural, discursivo e estrutural. Nesse sentido, sua prevenção depende de práticas educativas contínuas que rompam padrões históricos de desigualdade.

A proposta dialoga com os Temas Contemporâneos<sup>3</sup> Transversais da BNCC, em especial aqueles voltados à cidadania, diversidade, empatia e convivência democrática. Ao exigir material didático adequado, a lei sinaliza a responsabilidade do Estado e das redes de ensino na produção de conteúdos que não repliquem estereótipos ou visões reducionistas sobre o fenômeno.

Figura 1. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC



Fonte: Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos MEC (2019, p. 13)

Ao contrário dos PCNs, onde os Temas Transversais não possuíam caráter obrigatório, na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) eles se fizeram uma referência nacional obrigatória para a construção ou adaptação de currículos e propostas pedagógicas. Refigurados como Temas Contemporâneos Transversais, eles são definidos pela BNCC (2017) como um

<sup>3</sup> O termo *contemporâneo* indica que esses temas refletem desafios, demandas sociais e fenômenos do tempo presente. Sua natureza atual e dinâmica exige tratamento contínuo e integrado no currículo, sem vinculação exclusiva a uma disciplina, permitindo que todas as áreas do conhecimento contribuam para sua compreensão e para a formação crítica dos estudantes.

conjunto essencial de aprendizagens indispensáveis, garantindo que todos os estudantes, sejam crianças, jovens ou adultos, tenham acesso a esses direitos educacionais fundamentais.

A BNCC aponta seis macroáreas temáticas (Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde) englobando 15 Temas Contemporâneos (Ciência e Tecnologia, Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural, Educação Alimentar e Nutricional, Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso; Saúde; Trabalho e Vida Familiar e Social) “que afetam a vida humana em escala local, regional e global” (BRASIL, 2017, p. 19).

A instituição da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher amplia esse movimento, oferecendo um marco anual de discussão e mobilização. Seus objetivos articulam três dimensões fundamentais:

1. Conhecimento legal, incluindo a Lei Maria da Penha e os mecanismos de proteção;
2. Reflexão crítica, que envolve estudantes, profissionais e comunidade escolar;
3. Ação coletiva, com foco na prevenção, na produção de estratégias e na formação de atitudes.

Ao prever a capacitação de educadores e a conscientização sobre violência nas relações afetivas, a lei reforça que a prevenção não se limita a informar. Trata-se de promover mudanças culturais, questionar discursos naturalizados e produzir novas formas de relação entre homens e mulheres. Do ponto de vista do discurso, a escola torna-se espaço de disputa simbólica contra narrativas que legitimam agressões, silenciam vítimas ou normalizam comportamentos violentos.

Portanto, a Lei nº 14.164/2021 posiciona a educação básica como arena essencial na formação de sujeitos capazes de identificar, problematizar e combater a violência de gênero. Ao estabelecer a transversalidade do tema e articular a comunidade escolar, ela contribui para romper ciclos de silenciamento e para fortalecer uma cultura de direitos humanos e igualdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os enunciados analisados demonstram que as mulheres falaram antes de morrer, mas não foram escutadas. Suas vozes, quando examinadas pela teoria bakhtiniana, revelam mais do que conteúdo verbal: são atos situados socio-historicamente que resistem à violência e denunciam estruturas sociais que sustentam desigualdades de gênero. Escutá-las de forma ativa é reconhecer que o enfrentamento da violência não depende apenas de dispositivos legais, mas de ações discursivas, culturais e educativas.

Nesse sentido, a escola desempenha papel central. A inclusão da violência contra a mulher como tema transversal na BNCC e a criação da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher representam avanços normativos que colocam a educação no centro das estratégias de prevenção. Formar estudantes capazes de identificar discursos violentos, compreender relações de poder e promover relações igualitárias é passo essencial para transformar a realidade.

As vozes dessas mulheres permanecem como apelos dirigidos à sociedade. Cabe a nós responder, não apenas com indignação, mas com ações que transformem práticas sociais, discursos e políticas públicas. Que essas vozes não ecoem apenas como denúncia tardia, mas como força que impulsiona mudanças reais e urgentes.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal.** 6. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 14 ed. Trad. Michel Lahud e Yara Fratexchi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRASIL. Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. **Institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Altera o Código Penal para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC:** contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: SPM, 2019.

ORLANDI, E. **A Linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORLANDI, E. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: FBSP, 2024.

SOUZA, Geraldo T. **Introdução à teoria do enunciado concreto:** do círculo de Bakhtin/Volochinov/Medvedev. 2 ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

VOLOCHINOV , V. N. A estrutura do enunciado. Tradução de Ana Vaz, para fins didáticos, com base na tradução francesa de Tzévan Todorov ("La structure de l'énoncé", 1930). In: TODOROV, T.; BAKHTIN, M. M. **Le principe dialogique.** Paris: Seuil, 1976.

*Submetido em: 20/11/2025*

*Aceito em: 24/12/2025*